

## ARQUIVOS DE FAMÍLIA E ARQUIVOS PESSOAIS Algumas notas para o seu estudo e organização

Armando B. Malheiro da Silva  
Assistente de Investigação Univ. do Minho

### *RESUMO*

A presente comunicação insere-se num processo de pesquisa pessoal sobre Arquivos de Família e Arquivos Pessoais desenvolvido em dois grandes níveis: (a) (re)definição conceptual e incursão no campo epistemológico da Arquivística; e (b) aplicação prática do arsenal teórico adoptado através do inevitável estudo de casos.

O estado da referida pesquisa não permite ainda a exposição de resultados concretos, nomeadamente no que toca à descrição dos fundos, mas, em contrapartida, exige já um esforço de clarificação de perspectiva e de critérios, tanto mais que a prioridade dada nesta matéria ao aperfeiçoamento das soluções informáticas (a aplicação, por exemplo, da ARQBASE aos Arquivos de Família ou aos Arquivos Pessoais/Espólios) pode agravar um certo "caos teórico", que se faz sentir em toda a disciplina e particularmente neste segmento temático.

1. À negligência e à desordem sobreveio, finalmente, o empenho na preservação e na ordenação do rico património documental existente de norte a sul do país. Volvidas muitas dezenas de anos de insensibilidade geral acabou por chegar a época da "mudança dos Arquivos em Portugal" e com ela uma compreensível urgência em normalizar, em inventariar, em tornar acessível a "memória colectiva" ainda intacta. Pode, pois, dizer-se que a maioria dos esforços recentes dos arquivistas portugueses vai no sentido da aplicação concreta de linguagens normalizadoras --e a ARQBASE ilustra a auspiciosa materialização desse desiderato-- com vista a uma rápida e eficaz recuperação de informação nos Arquivos públicos. Trata-se, em suma, de uma missão importantíssima, que nunca será excessivo louvar e encorajar. No entanto, penso que não devemos ficar "esmagados" pelo peso enorme desta prioridade, sob pena de se enfrentar apenas um aspecto do "problema arquivístico" nacional.

As preocupações de natureza teórica e epistemológica não devem, em minha opinião, ser adiadas ou (pior!) escamoteadas pelo pretexto de que o momento actual é de "arregaçar as mangas" e de pôr na mesa "receitas gerais" para o uso de todos. Vão-me perdoar os que assim pensam, mas sinto-me tentado a afirmar, com alguns laivos de radicalismo, que o momento actual é, também, muito propício a que se criem as bases de uma Arquivística (ou Arquivologia --e porque não!?) concebida à medida da nossa multissecular cultura e da especificidade da nossa produção administrativa, documental orgânica... arquivística. Em termos mais lapidares: é, também, chegada a hora de pensar, de teorizar, de discutir o formato e a natureza da disciplina científica que nos agrega. Para mim, pelo menos, essa hora já chegou e não hesito em confessar como prioritárias as preocupações acima referidas.

Esclarecido este ponto, que se me afigura pertinente, sinto-me à vontade para descer até ao tema específico desta comunicação e esperar que ela possa ser útil quanto baste.

2. Não cabe aqui uma longa referência à pesquisa epistemológica da Arquivística, encetada sob a orientação do Prof. Bruno Delmas, em Paris, de Abril a Junho de 1990<sup>(1)</sup>. No entanto, não posso prescindir das

---

(1) Ver SILVA, Armando B. Malheiro da -- *Memória de um estágio em arquivologia. Notas e ideias para uma pesquisa em aberto.* "Cadernos BAD", Lisboa (1-2) 1990, p. 29-41.

minhas elocubrações mais recentes acerca, sobretudo, da questão do método: abreviando razões, certamente complexas e não menos fastidiosas, atalho com o pressuposto de que a análise da produção documental é o método da Arquivística e a descrição documental uma das suas consequências. Passa, de facto, por aqui, o meridiano do nosso (des)entendimento: quem não conseguir ver esta distinção, rejeitará consequentemente todo o sentido da minha argumentação.

Com algumas dificuldades e imensas dúvidas, venho persistindo na formulação de um quadro metodológico para a Arquivística equidistante daquilo a que os epistemólogos anglo-americanos designam por "hard science" e "soft science", ou seja, um quadro equilibrado que se coloque entre os parâmetros do cientismo moderno e os novos e irrecusáveis desafios da interdisciplinaridade. A Arquivística precisa de um método que, à falta de melhor referente, parta do paradigma herdado directamente do positivismo e venha a superá-lo; um método que seja um processo eficaz e consistente de interrogar e de compreender o objecto; um método, enfim, que não se esgote nos suportes técnicos e/ou tecnológicos de que carece para ser usado plenamente como tal. Ora, um método destes exige que se relativize aquilo a que a maioria (se não mesmo a quase totalidade) dos arquivistas por esse mundo fora tende a sobrevalorizar: a descrição (leia-se referenciação) dos documentos em instrumentos específicos de pesquisa ou procura (guias, repertórios, inventários e catálogos). A prova mais cabal do que acabo de dizer é a *Declaração de princípios para a descrição em Arquivos*, que está a ser preparada no âmbito do Conselho Internacional dos Arquivos (C.I.A.). Essa *Declaração* traduz a ideia essencial de que a razão de ser e o fim último da Arquivística é dispôr uniformemente a informação a fim de que seja rápida e eficazmente consumida. Uma ideia que eu, obviamente, nem sequer questiono, mas que apenas ousou integrar num contexto mais amplo. E nesse contexto ganha, a meu ver, total sentido a função interdisciplinar tendente a captar *o porquê* e *o quê* dessa informação pronta a consumir. Por outras palavras, não devo "servir" aos outros o que não conheço por dentro e para obter este tipo de conhecimento tenho de me orientar metodológica e interdisciplinarmente nos "terrenos" do meu objecto, isto é, do fundo arquivístico, razoavelmente bem definido pela "escola" francesa<sup>(2)</sup>. Só assim empresto alguma inteligibilidade científica ao meu trabalho e só assim consigo entender a Arquivística como ciência documental (ou

---

(2) Decorre da produção teórico-prática dos arquivistas franceses a ideia de que arquivo e fundo se combinam numa única definição: "*les archives sont l'ensemble des documents de toute nature que tout corps administratif, toute personne physique ou morale, réunit automatiquement et organiquement en raison même de ses fonctions ou de son activité*" (Cf. Manuel d'archivistique. Paris, Direction des Archives de France, 1970, p. 22).

ramo *sui generis* de um tronco --a chamada ciência da informação<sup>(3)</sup>, parecendo-me ilógica (para não dizer absurda) a tendência, aliás muito comum, de se tomar o termo ciência como sinónimo de "descrição normalizada", podendo-se mesmo ir até ao extremo de aproximar essa sinonímia da característica universalizante da ciência (descoberta e fixação de leis gerais) através de um artificioso paralelismo com as normas gerais e sistemáticas da descrição. Mas a este exercício epistemológico oponho a seguinte crítica: descrever documentos segundo normas universais e uniformizadoras não tem nada a ver com a formulação das leis que regem o(s) fenómeno(s) --a saber: o objecto-- metodologicamente estudado(s) e, em especial, se o único objectivo da Arquivística for ordenar, classificar e comunicar os conjuntos documentais produzidos organicamente. Neste caso, não se descobrem, nem se fixam leis gerais, antes se apresentam documentos de uma forma técnica (e tecnológica), de acordo com um determinado "standard" admitido como o mais eficaz e o mais ajustado às necessidades dos utentes. E se assim é, parece-me que estamos perante um equívoco semântico muito prejudicial à Arquivística tanto interna, como externamente (por exemplo, no seu desejo de afirmação dentro do campo mais vasto das ciências sociais). A alternativa ao equívoco é a aposta num paradigma coerente e defensável de vários pontos de vista. Esta é, pelo menos para mim, a meta a atingir e não hesito, por isso, em avançar com algumas premissas edificadoras: (a) poderemos definir a Arquivística como a ciência que estuda (analisando), salvaguarda e difunde (descrevendo/normalizando) a documentação orgânica, isto é, o arquivo ou fundo arquivístico enquanto "*conjunto orgânico de documentos constituído por uma pessoa singular ou por um organismo, no exercício e em função da sua actividade*"<sup>(4)</sup> e ainda o arquivo enquanto local ou organismo preparado especificamente para o depósito transitório ou definitivo e a consulta pública; (b) o método da Arquivística é indutivo, na medida em que para ser produtiva a análise tem de incidir sobre o particular (a unidade arquivística ínfima --peça/registo--, geralmente integrada em unidades mais complexas --as séries), gerando níveis de compreensão e de relação progressivamente mais vastos, mais abrangentes, universais, ao contrário da descrição ou apresentação normalizada da informação anteriormente analisada, que parte dedutivamente do geral para o particular; (c) o trabalho arquivístico perde inteligibilidade fora de um quadro interdisciplinar, onde se inter cruzem a prática da velha História erudita e positivista (mais o séquito das suas antigas "ciências

(3) Ver LILLEY, Dorothy B.; TRICE, Ronald W. -- *A History of information science, 1945-1985*. San Diego, Academic Press, 1989.

(4) MOUTA, Maria Fernanda -- *O Arquivo. Termos, conceitos e definições*. Viseu, Governo Civil, 1989, p. 43.

auxiliares": Paleografia, Diplomática, Codicologia...), a pertinência analítica da Sociologia das Organizações, os débitos indispensáveis da Administração e do Direito Administrativo, a prática de Organização e Métodos e outros variadíssimos contributos disciplinares; e (d) a produção arquivística (administrativa, etc.) pode aparentemente exibir uniformidade, mas esta parece-me ser uma perigosa projecção dos arquivistas seduzidos pelo "normalizável universo bibliográfico" e daí que seja muito mais rigoroso e prudente admitir uma profunda diversidade *a priori* para se tentar paulatinamente a construção (sem centralismos, nem dogmatismos) de um modelo integrador (uniforme) *a posteriori*.

3. Uma vez conhecida, ainda que sumariamente, a perspectiva teórica que rege o meu trabalho prático, resta-me tentar apresentá-lo nas suas linhas gerais.

Muito por acaso e também por gosto, trabalho desde há cerca de três anos com os chamados Arquivos Privados e dentro destes com os de Família e os Pessoais<sup>(5)</sup>. São três os casos concretos que têm tomado a minha atenção: o denominado "Fundo Barca-Oliveira", que é constituído pelo arquivo/fundo da Família Araújo de Azevedo (Casa de Sá, Ponte de Lima) e onde sobressai enormemente a documentação produzida e recolhida pelo célebre Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo (1754-1817); o arquivo/fundo do magistrado e historiador vianense, Luís Figueiredo da Guerra (1853-1931); e o arquivo/fundo do malogrado Presidente da 1ª República Portuguesa, o major-doutor Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918). Esclareço, no entanto, que o seu estudo e inventariação está ainda bastante atrasado e, por isso, quando adiante os mencionar de novo, terei apenas de me cingir a um punhado de dados parcelares e provisórios.

Ao contrário de Olga Gallego Dominguez ou de Herminio Martínez Fernández<sup>(6)</sup>, não consigo meter sob o mesmo rótulo --arquivos

---

(5) No meio de uma indesejável instabilidade terminológica agarro-me ao "confortável" cartesianismo de Françoise HILDESHEIMER e adopto, sem grandes reservas, a tipologia estabelecida no seu útil livrinho --*Les Archives privées. Le traitement des archives personnelles, familiales, associatives*. Paris, Editions Christian, 1990. Apesar de algumas discordâncias de perspectiva, merece, também, ser aqui referido o artigo da belga LEJOUR, Ernestine --*Les archives de famille*. "Archives, bibliothèques et musées de Belgique", Bruxelles, 21 (1) 1950, p. 11-27. Mais pacífica, para mim, é a citação do texto de D'HUART, Suzannæ --*Les Archives privées: essai de méthodologie*. "La Gazette des Archives", Paris (16) Août 1982.

(6) Ver GALLEGO DOMINGUEZ, Olga --*Archivos familiares: organización*, in "Congreso Nacional (2) de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. A Integração Europeia: um desafio à informação. Actas". Coimbra, Livraria Minerva, 1987, p. 319-339; e MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, Herminio --*Organización y descripción normalizada de un fondo documental des Archivo del Reino de Galicia: "El archivo de la familia Monteagudo"*, in *ibidem*, p. 285-293.

familiares-- realidades que se me afiguram distintas. Aqueles colegas partiram da definição impressa no vol. VI da revista *Archivum* (1956): aí se diz que os arquivos familiares são "*el resultado de una actividad personal o colectiva en su unidad y universalidad, cuyo valor jurídico y cultural se halla en su unidad*"; e Olga Dominguez acrescentou isto: "*Su origen se encuentra, pues, en la actividad de una persona a lo largo de los años de su existencia o en la de los distintos componentes de una familia a través de generaciones y constituyen la etapa final de integración de otras familias y de desmembraciones de sus componentes, que han dejado huella en los fondos documentales*"(7).

Para refutar este perturbante sincretismo conceptual, retenho do estudo recente de Pedro Abreu Peixoto um elucidativo extracto: "*É uma proposta de quadro de classificação possível de utilizar sobre a documentação de um arquivo de família que apresentaremos de seguida, tomando como base fundamentalmente a documentação de um arquivo de família do antigo regime onde, a par de outras características, iremos ainda descortinar um claro pendor senhorial. Esta escolha não é arbitrária uma vez que tomamos em conta que, ao entrarmos no séc. XX e mesmo em grande parte do séc. XIX, os arquivos de família vão rareando cada vez mais em detrimento do cada vez maior número de arquivos pessoais, as razões estão por um lado numa nova forma de encarar a família e por outro lado nas novas relações económicas em que os elementos de uma família se vão separando do conjunto no que respeita às actividades pessoais*"(8). Esquecer esta alteração estrutural equivale a invalidar, do ponto de vista científico, o trabalho organizativo de quaisquer arquivos de família e a reduzi-lo a um mero exercício técnico destinado a "empacotar" informação para consumo de historiadores impacientes. Mais do que a Genealogia(9), é a História da Família, por um lado, e a Biografia, por outro, quem melhor faculta ao arquivista a possibilidade de distinguir um arquivo/fundo de família de um arquivo/fundo pessoal. Essas disciplinas especializadas ajudam a afinar critérios de avaliação e de "separação das águas", enquanto a genealogia só serve para "arrumar" os papéis pelos vários e sucessivos membros de uma família.

Se a minha preocupação fosse só ordenar e classificar, ou seja, organizar intelectualmente a "*documentação, seguindo um esquema de secções, subsecções, séries e subséries*" (10), não precisaria certamente

(7) GALLEGO DOMINGUEZ, Olga -- *ibid.*, p. 320.

(8) PEIXOTO, Pedro Abreu -- *Arquivos de Família. Orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família*. Lisboa, Instituto Português de Arquivos, 1991, p.27-28; id. -- *Os Arquivos de Família* "Cadernos BAD", Lisboa (1) 1991, p. 33-44.

(9) SILVA, Armando Barreiros Malheiro da -- *A Genealogia em Portugal e o desafio do presente*. "Armas e Troféus", Lisboa, série 5, 5 (1-2-3) Jan. Dez. 1984, p. 153-179.

(10) PEIXOTO, Pedro Abreu -- *Arquivos de família*, ob. cit., p. 18 e ss.

de aprofundar a natureza dinâmica da família, nem de conhecer de perto a estrutura da família no antigo regime, nem tão pouco de seguir os efeitos que a valoração iluminista do indivíduo causou na estrutura familiar dos sécs. XIX e XX. Umhas breves noções bastariam para tranquilizar o espírito e "solidificar" o trabalho técnico de "arrumação intelectual" dos documentos. Sucede, porém, que um tal trabalho, em minha opinião, só faz sentido se resultar de um anterior estágio de observação consumado através da análise (diplomática e substantiva) da documentação orgânica produzida/recolhida por esta ou aquela família. E é natural que dentro desta perspectiva se opere uma inevitável inversão de prioridades e de critérios organizativos, os quais passo a expôr separadamente: os que respeitam aos arquivos de família primeiro e os relativos aos pessoais depois.

#### A) Arquivos de Família

Na parte introdutória do estudo já atrás referido, Pedro Abreu Peixoto teve o cuidado de chamar a atenção para alguns aspectos que se prendem com o que ele designou por "*especificidade de um Arquivo de Família*". Permito-me destacar aqui três:

- "*Ao referir-nos a várias gerações pensamos sobretudo em duas importantes realidades quando abordamos um arquivo de família. Primeira, o facto de a família não ser uma instituição estática mas uma das instituições mais dinâmicas presentes na sociedade o que inexoravelmente se reflecte na documentação do arquivo de uma família. Ora, esta realidade prende-se com outra fundamental, nomeadamente na Península Ibérica, que é a instituição do Morgadio que só por si irá determinar não só o tipo de documentação de um arquivo de família, como igualmente a concentração da documentação ligada a várias famílias na mão de um só detentor: o Morgadô*<sup>(11)</sup>;

- "*Por outro lado os sucessivos casamentos produzem num arquivo de família variadas e progressivas agregações de documentação comprovativa dos bens transmitidos, nomeadamente relativa a dotes, podendo igualmente trazer outro tipo de documentação, da mais variada. (...) Partimos assim do princípio básico de que o arquivo de uma família não contempla apenas a documentação de uma única família, mas de várias que se lhe vão agregando. São estas especificidades que concorrem para o facto de um arquivo de família ser constituído por conjuntos documentais altamente complexos e heterogêneos, uma vez que contemplam não só documentos de várias proveniências, como igualmente documentos produzidos*

---

(11) Id. -- *ibid.*, p. 10.

*e conservados pelas mais diversas situações, sejam elas jurídico-económicas, sociais e culturais, de interesse primordial para a família em si, ou para cada um dos seus elementos em particular*"(12);

*-" Os arquivos de família podem assim, na sua maioria, conter documentação que engloba pelo menos três grandes áreas de interesse. Em primeiro lugar a documentação que justifica a posse dos bens da família que, como sustentáculo económico da mesma, assume um relevo fundamental. Uma segunda área diz respeito á documentação comprovativa das prerrogativas sociais; neste caso, poder-se-á afirmar que não é nem menos nem mais importante que a documentação de carácter patrimonial ou outra, é tão simplesmente diferente e qualquer comparação leva-nos a entrar no complicado campo dos juízos de valor. (...) Considerando uma terceira área, os arquivos de família contemplarão a documentação de carácter pessoal de cada elemento da família, mantendo acesa a sua presença ao longo dos tempos*"(13).

Justifico esta longa citação de trechos do mais completo trabalho, que conheço, escrito em português versando a organização de Arquivos de Família<sup>(14)</sup> com o intuito de confrontação da perspectiva do seu autor com os meus comentários não só atinentes à matéria da *especificidade*, mas extensivos também ao problema da distinção conceptual e técnica entre o arquivo/fundo *organizado* e o *desorganizado*.

Em primeiro lugar, importa deixar bem claro que há vários tipos de família consoante a natureza sócio-económica e culto-mental dos grupos/classes em que ela germinou e se desenvolveu. Uma coisa é analisar o fundo arquivístico de uma família da nobreza portuguesa titulada (senhorial em *strictu sensu*) e outra é fazer incidir a análise sobre um fundo de uma família da nobreza não titulada de província. E as diferenças acentuam-se se descermos pela pirâmide social em direcção à base: uma família da burguesia comercial ou industrial projecta nos documentos respectivos uma estrutura própria (matizada pelo maior peso do factor pessoal em detrimento do "espírito corporativo") bem diversa da da nobreza (titulada ou não titulada). Acresce ainda não se poder ignorar que a interacção destes tipos de família com o binómio

---

(12) Id. -- *ibid.*, p. 10-11.

(13) Id. -- *ibid.*, p. 11-12.

(14) Mais confinado ao género do estudo de caso é o texto de SENA, Maria Tereza --O Arquivo de uma casa senhorial: sua possível utilização historiográfica; critérios de classificação e de organização dos documentos, in "Arquivo e Historiografia. Colóquio sobre as fontes de História Contemporânea Portuguesa", coord. de Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 365-377.



espaço-tempo é profundamente variável e, por isso, não é indiferente o facto de certo arquivo de família nobre se situar, por exemplo, na Península Ibérica e datar da época moderna. É que, pelo menos até aos alvares do séc. XIX, a família nobre --e nomeadamente a formada em regime de morgadio-- funcionou como uma entidade orgânica, onde o papel individual dos seus membros se subordinava aos interesses materiais e espirituais desse ente físico e moral --a família-- que assegurava a união perene dos mortos, dos vivos e dos vindouros de uma mesma estirpe --não ocorrendo, obviamente, o mesmo, para idêntica área geográfica e idêntico período, com qualquer outro tipo de família.

Em segundo lugar, deve dar-se máxima prioridade à análise documental, seguindo-se um processo em duas fases: na primeira --que considero de **diagnóstico**-- parte-se da caracterização rigorosa da família e do respectivo fundo arquivístico, avalia-se a relação orgânica de outros fundos eventualmente incorporados no principal, faz-se o registo exacto (fotográfico) do estado físico do fundo desde o aspecto geral (modo de arrumação) até aspectos de promenor (forma e conteúdo dos dossiês, etc.) e procede-se de imediato à recolha de dados formais e substantivos (conteúdo, assunto) para se reconstituir tanto a lógica subjacente à produção desse fundo, como o esquema organizativo, isto é, a disposição original dos documentos; e na segunda fase --que designo provisoriamente por **modeladora**-- explica-se a razão de ser e a singularidade do fundo, determinando-se de seguida o modelo descritivo adequado (inventário, catálogo, etc.), no respeito mais absoluto possível por aquilo a que a "escola italiana" chama o "método histórico"<sup>(15)</sup>.

Em terceiro e último lugar, importa discutir a noção de organização. Atrevo-me a discordar aqui de algumas considerações emitidas a este propósito por Pedro Peixoto, claramente influenciado pela prática francesa. Em contrapartida, declaro-me profundamente influenciado por Elio Lodolini e seus pares a ponto de o interpretar radicalmente: deve ser feito tudo para manter a organização original e evitar a "imposição" de um quadro classificativo que por mais lógico e razoável que seja nunca deixará de ser uma construção artificial relativamente ao saber e ao *modus faciendi* dos produtores e/ou colectores primordiais. Reconheço que este postulado inviabiliza a normalização sonhada por muitos, mas não posso evitá-lo. Aos ímpetos normalizadores oponho o esforço de somar as múltiplas diversidades, de compará-las e de construir com base nisso uma coerente tipologia de fundos da mesma categoria. Parece-me ser esta a maneira correcta de "racionalizar" a realidade arquivística. Insisto, pois, na ideia de que a

---

(15) LODOLINI, Elio -- "*Metodo storico*", "*provenienzprinzip*" e "*respect des fonds*". "Archives et bibliothèques de Belgique", Bruxelles 50 (1-4) 1979, p. 1-15; e id. -- "*Archivistica. Principi e problemi*". Milão, Franco Angeli, 1984.

verdadeira organização é a original e que perante um fundo desorganizado devemos-nos certificar se a desorganização é real ou aparente e em caso algum se valorará negativamente a ordenação empregue: se, por exemplo, o cartório de determinada família foi organizado peça a peça, dispondo-as numericamente por gavetas, este esquema deve ser mantido sem prejuízo da aplicação de formas de recuperação de informação mais eficazes, tais como índices ou a indexação por assuntos com a elaboração de um "thesaurus". Decorre daqui uma conclusão importante: a divisão de um fundo em várias secções e subsecções, de acordo com a natureza tipológica e temática dos documentos, é um recurso possível, mas está longe de ser, para mim, a "regra de ouro" do trabalho arquivístico. Reconheço que é muito cómoda, mas atrevo-me a discutir a sua validade científica. Em suma, admito recorrer a ela quando não tenho alternativa, mas evito-a facilmente se a análise documental me permite encontrar o "padrão" original.

### B) Arquivos Pessoais

É este um campo de trabalho onde me sinto, sem dúvida, mais à vontade e ao qual muitos dos princípios acima expostos parecem ajustar-se facilmente.

A distinção inequívoca entre arquivo/fundo pessoal e arquivo/fundo de família não pode ser, de modo algum, um frustrante exercício académico. Através da análise, na sua fase de **diagnóstico**, temos de saber isolar um fundo documental produzido por pessoas inseridas numa unidade real e simbólica --a família-- de outro fundo essencialmente constituído por uma pessoa empenhada num ou mais sectores de actividade --escritor, artista, erudito local, político, etc. E a partir daí há que encarar o arquivo/fundo pessoal como o resultado de um produtor individualizado, sem ou eventualmente com alguma continuidade documental post-mortem graças à iniciativa de filhos ou de outros parentes. Se o considerarmos como produtor/recolhedor orgânico de documentação terão de se excluir da terminologia corrente as palavras *espólio* e *colecção*. Embora se tenham usado com alguma frequência não me parece aconselhável o seu emprego, porque desvirtuam o sentido correcto de arquivo/fundo pessoal. Há uma grande diferença entre aquela pessoa que produz e/ou reúne documentos tendo em vista o estudo e a elaboração de obra literária ou científica e o mero coleccionador das mais variadas coisas pelo único prazer de as ter e de as fruir<sup>(16)</sup>. Impõe-se, por isso, um maior cuidado com a linguagem, podendo-se remeter, quando muito, a utilização dos termos *espólio* e

---

(16) Embora não responda a algumas interrogações pertinentes sobre o(s) sentido(s) do termo *colecção*, recomenda-se a leitura de POMIAN, Krzystof -- *Colecção*, in "Enciclopédia Einaudi", vol. 1-Memória-História. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 51-94.

*colecção* para o universo museológico: se alguém juntou documentos e objectos sem qualquer critério orgânico, separando irremediavelmente a documentação coligida dos respectivos fundos arquivísticos, esse seu "hobby" não deve interessar ao arquivista, mas talvez a outros cientistas da informação (bibliotecários e documentalistas) ou ao museólogo.

Através da aplicação do método proposto --a análise--, nas suas duas fases (**diagnóstico** e **modeladora**), será possível reconstituir um "itinerário de produção". A ideia é esta: integrar a documentação produzida/recolhida pelos **estádios evolutivos** ou fases orgânicas da existência do produtor/recolhedor. Vejamos um exemplo: o escritor x enquanto estudante universitário produziu e recolheu algum material literário; entrado noutra fase fez inflectir a sua produção noutro(s) sentido(s). Para o arquivista encarregue de analisar e divulgar o arquivo pessoal desse escritor x será extremamente profícuo o recurso à hipótese dos **estádios evolutivos**. Uma hipótese com óbvias implicações na segunda fase da análise --a **modeladora**--, na medida em que possibilitará a emergência de um modelo descritivo diferente do habitual. Em vez, por exemplo, de uma secção reservada à biografia, que compreende os chamados documentos pessoais (certidões de nascimento, bilhetes de identidade, passaporte, etc.) passará a haver um **estádio** para a **identificação** da entidade produtora/recolhedora e aos **estádios** seguintes terá de corresponder normalmente uma ou mais funções desde que interligadas ou sobrepostas --outro exemplo: magistrado e historiador local. A dimensão funcional/profissional de uma pessoa é a realidade mais comum, mas não podemos excluir a hipótese de aparecer um arquivo/fundo pessoal onde os **estádios evolutivos** se colem perfeitamente a ciclos orgânicos: infância, adolescência, adultez e terceira idade/velhice.

Finalmente, nunca será demasiado insistir na necessidade de reservar espaço para a caracterização do instituidor do fundo pessoal, em termos que se aproximem dos usados por Leonor Calvão Borges, exceptuando o emprego a meu ver discutível dos termos *espólio* e *colecção*: "*Ao estudarmos um espólio, não só podemos, através da análise da documentação de gestão, tomar conhecimento de como decorreu a vida daquela pessoa, nomeadamente nos seus aspectos profissionais, a sua correspondência, a sua gestão financeira, etc., como também, através da análise da constituição e organização das suas colecções, podemos aprender os seus gostos literários e por eles as modas de coleccionismo de uma época*"<sup>(17)</sup>. Atrevo-me mesmo a ir mais longe: concluída a análise e chegada a hora da descrição documental

---

(17) BORGES, Leonor Calvão --*A Organização e descrição de espólios: estudo de um caso*, in "Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 4. Actas". Braga, BAD, 1992, p. 262-263.

entendo que esta deve ser precedida de um estudo, que mais não será do que a soma necessária e suficiente dos elementos externos e internos, os quais projectam a motivação e o *modus operandi* do produtor do fundo. Elementos esses, que não cabem nos instrumentos de busca padronizados (inventários, catálogos, etc.) e, por isso, têm de ser apresentados num outro tipo de "formato".

Do que já está dito convém não retirar, contudo, conclusões precipitadas. Gostaria que ficasse clara a importância que atribuo à descrição documental e penalizar-me-ia qualquer suspeita de bloqueio aos esforços normalizadores patentes na ARQBASE. Concedam-me, apenas, o ensejo de dar largas ao pensamento e de ensaiar soluções, possivelmente, algo heterodoxas. Com elas procuro mostrar que a produção documental orgânica comporta desafios inusitados e exige, talvez, mais do que uma "grelha de leitura".

Os três casos em que venho aplicando todo este arsenal teórico valem só como ínfima fracção de um amplo e heterogéneo leque de casos. Significa isto, que seria absurdo extrair deles quaisquer "leis" gerais. No entanto, eles servem às mil maravilhas para forçar, até ao limite, as eventuais capacidades científicas da Arquivística.

Muito rápidamente, vejamos primeiro o Arquivo da Família Araújo de Azevedo da Casa de Sá, Ponte de Lima. Está depositado no Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, mas se alguém o pedir para consulta arrisca-se a ouvir: "não conheço!". É que --e não se sabe bem quando-- o médico e bibliófilo vilaverdense, Dr. Manuel de Oliveira (1877-1918), recebeu como recompensa dos seus serviços clínicos o arquivo e a biblioteca da dita Casa de Sá das mãos dos respectivos donos. Uma parte substancial dessa documentação fora constituída pelo célebre Conde da Barca. Não surpreende, por isso, que o apelido do médico e o título nobiliárquico com que D. João VI agraciou António de Araújo de Azevedo, diplomata e ministro, viessem a designar a massa documental incorporada, após algumas vicissitudes e andanças, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga. O equívoco permaneceu e parece até ter resistido ao minucioso, mas inacabado, trabalho organizativo de Nuno Daupias d'Alcochete, que se arrastou entre 1969 e 1973. E eu próprio --confesso-- estive na iminência de desistir. O volte-face deu-se no momento em que decidi clarificar globalmente a situação e para tanto inverti, mais uma vez, as prioridades. Em vez de "tratar" do "fundo" do Conde da Barca, tão solicitado pelos investigadores, pus-me à procura do arquivo/fundo da sua família e o que encontrei fascinou-me: devidamente "encapados", sumariados, datados e numerados, os papéis do vínculo de Sá e bens anexos mostram à saciedade que no séc. XVIII alguém se preocupou em organizar o cartório da família. E se é certo que isto não é muito comum, não me custa hoje supôr que vários arquivos/fundos deste tipo de família nos

reservem ainda surpresas idênticas. Embora a análise seja ainda assaz incipiente, pude já detectar a especificidade do arquivo/fundo em apreço: trata-se efectivamente de um só fundo, com a particularidade de nele ter sido incorporada uma massa documental orgânica produzida/recolhida por uma pessoa --o mencionado Conde da Barca-- que exerceu funções de empresário, de diplomata, de ministro, de cientista (químico) e de "espírito ilustrado", típico da era das luzes. A incorporação terá sido, provavelmente, accionada pelo irmão do conde, o desembargador João António, que tal como aquele não teve filhos, revertendo todo o produto documental das suas vidas para o seio da família (entidade orgânica) a que pertenciam.

Julgo que não exagerarei se considerar este caso difícil de descrever. Uma coisa é certa: as "receitas" até agora disponíveis atrofiam a aplicabilidade plena da análise e esbarram na ordenação originária, relativa ao cartório da Família Araújo de Azevedo propriamente dito. A documentação do conde foi, por sua vez, mexida e remexida e agora a análise em curso tende a sugerir-me uma estratégia híbrida: combinar a ordem original de uns documentos com os **estádios evolutivos** pessoais implícitos noutros e ainda com mais algumas heterogeneidades. Mas essa estratégia só virá a passar pela "prova de fogo" final quando eu puder envolver o sistema HiTeX<sup>(18)</sup> (devidamente articulado com a ARQBASE) na "gestão" do estudo e do inventário em perspectiva.

Com o arquivo/fundo de Luís Figueiredo da Guerra entra-se noutra esfera. Juntamente com o colega Rui Viana, director da Biblioteca Municipal e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Viana do Castelo, estou a analisar o fundo, explorando ao máximo a fase de **diagnóstico**. O meu objectivo consiste em recolher todos os elementos que facilitem a aplicação do critério dos **estádios evolutivos**, a caracterização minuciosa do *modus operandi* do produtor em foco e a integração lógica do material supostamente coleccionado (prospectos, folhetos, opúsculos, livros, jornais, recortes, revistas e uma imensidão de documentos provenientes de variadíssimos fundos) nos referidos **estádios**. Apesar da extensão do fundo e do pouco tempo (uma vez por semana) que consigo dedicar à análise em curso, os resultados são animadores: as 160 FRD's (folhas para recolha de dados, derivadas do

---

(18) Ainda não há literatura muito disponível sobre este sistema. A que conheço resume-se a dois trabalhos: PEREIRA, António Manuel Torres Gonçalves --HiTeX. Um sistema para transcrição documental em larga escala. Relatório de estágio. Licenciatura em Engenharia de Sistemas e Informática. Braga, Universidade do Minho/Escola de Engenharia, 1991; e OLIVEIRA, José Nuno de; ARAÚJO, António de Sousa; e SILVA, Armando Malheiro da --*Historical records processing in the HiTeX system* (comunicação apresentada à 6ª Conferência Internacional da Association for History and Computing, Odense, Dinamarca, 28 a 30 de Agosto de 1991).

"standard" produzido pela ARQBASE) já preenchidas manualmente permitem antever a reconstituição orgânico-funcional do arquivo Figueiredo da Guerra.

Uma alusão final e curta ao arquivo/fundo pessoal de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, que estou a estudar desde Setembro de 1991 e se insere na preparação da minha tese de doutoramento, orientada pelo prof. doutor Luís Reis Torgal e intitulada *Sidónio e Sidonismo. Realidade e Mito*. Fiz aqui uma aposta de algum risco: a tese terá de ser o resultado de duas abordagens distintas, mas complementares. Como arquivista procurarei preparar o terreno ao historiador, que neste caso é a mesma pessoa. E o trabalho arquivístico repete aqui a solução ensaiada em Viana, com uma notória singularidade: o arquivo privado de Sidónio engloba uma rica fatia da documentação orgânica produzida/recolhida durante a sua efémera passagem pela Presidência da República, de Dezembro de 1917 a Dezembro de 1918<sup>(19)</sup>. Acrescento ainda que a aplicação do HiTeX está agendada para muito breve.

4. A construção teórica exposta e ilustrada com casos concretos não está certamente isenta de lacunas, nem de problemas. É até possível que a pesquisa em curso venha a determinar revisões profundas, se não mesmo o retorno a concepções que presentemente rejeito. Um trabalho que se quer sério não pode crescer dentro de um quadro fechado de certezas, antes deve pautar-se pela máxima abertura às críticas entretanto surgidas e por uma avaliação constante.

Braga, Fev./1992

---

(19) Algum paralelismo se pode estabelecer entre este fundo e o do Presidente Henri Queuille: BASTIEN, Henri -- *Archives du Président Henri Queuille conservées au musée Henri Queuille à Neuvic-d'Ussel*. Paris, Archives Nationales, 1989.